



**Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Direito
Programa de Pós-graduação em Direito**

RESULTADO DOS PROJETOS

Edital 003/PPGD/2020
Mestrado Acadêmico em Direito da UERJ em Cuiabá – MT
Categoria Magistrados. 22 vagas.

Quant. Inscritos.	Título do Projeto	Nota do Projeto	RESULTADO
1.	A CONSTRUÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL E O SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO ANTE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	4	REPROVADO
2.	Garantismo, ativismo e oportunismo: as tribulações da aplicação da lei de acordo com conveniências e os limites da jurisdição	6	REPROVADO
3.	Justiça Restaurativa: Possibilidade de um novo olhar em relação aos crimes de violência doméstica e familiar contra as mulheres e à questão de gênero.	8	APROVADO PARA ENTREVISTA
4.	INEFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO POLÍTICAS PÚBLICAS. Uma proposta para viabilizar os negócios jurídicos processuais atípicos na Fazenda Pública.	6,5	REPROVADO
5.	Das Comissões de Regularização ao Tribunal Multiportas: Uma ideia de evolução e eficiência no tratamento dos conflitos fundiários, agrários e ambientais na Amazônia Legal	7	APROVADO PARA ENTREVISTA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Direito
Programa de Pós-graduação em Direito

6.	AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: INTERRUPTÃO DAS CARREIRAS CRIMINOSAS E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE	7,5	APROVADO PARA ENTREVISTA
7.	CRIANÇAS REFUGIADAS NO TERRITÓRIO NACIONAL SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE E DA PROTEÇÃO INTEGRAL	6	REPROVADO
8.	OS REFLEXOS DA COVID-19 NA POSTURA DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO. Os limites de atuação dos juízes e uma proposta para a elaboração de 'ferramentas de decisão' como diretrizes aos magistrados	8	APROVADO PARA ENTREVISTA
9.	OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO SOCIAL E INTERINSTITUCIONAL DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	6	REPROVADO
10.	PANTANAL MATO-GROSSENSE COMO RESERVA DA BIOSFERA E PATRIMÔNIO NATURAL DA HUMANIDADE (UNESCO). Análise crítica sobre os incêndios no Patrimônio Nacional (Art. 225, § 4º, CRFB/88) em 2020 e proposta de ação à luz dos princípios da prevenção e do desenvolvimento sustentável.	7,5	APROVADO PARA ENTREVISTA
11.	Menos é mais? Aplicação de penas restritivas de direitos em casos de violência doméstica como instrumento de efetivação do §8º do art. 226 da Constituição Federal.	7	APROVADO PARA ENTREVISTA

Rua São Francisco Xavier, 524, 7º andar, sala 7141, bloco F, 20550-900, Rio de Janeiro/RJ.

Telefone: (21) 2334-0557 E-mail: ppgd@uerj.br

www.ppgduerj.com



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Direito
Programa de Pós-graduação em Direito

12.	UTILIZAÇÃO DO CINEMA COMO INSTRUMENTO DE APROXIMAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA	8	APROVADO PARA ENTREVISTA
13.	A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS LGBTI EM TEMPOS DE NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL: DIÁLOGOS COM RAINER FORST E NANCY FRASER	8	APROVADO PARA ENTREVISTA
14.	A efetividade dos direitos humanos da mulher em situação de violência doméstica por meio dos sistemas regionais de proteção	7	APROVADO PARA ENTREVISTA
15.	GESTÃO DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL EM BUSCA DE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM REDE DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	6,5	REPROVADO
16.	TÉCNICAS DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS: o caminho para construção de teses e suas implicações aos litigantes.	7	APROVADO PARA ENTREVISTA
17.	Pensamento Jurídico e Relações Sociais, sob o manto da Teoria e Filosofia do Direito, na hipótese comparativa da utilização de princípios filosóficos nos aspectos constitucionais e processuais nos sistemas de justiça dos Estados Unidos da América e do Brasil	5	REPROVADO
18.	A APLICAÇÃO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AO <i>CIVIL LAW</i> BRASILEIRO Um estudo sobre a eficiência na tomada de decisões judiciais à luz do pensamento de Richard Posner e de Ronald Dworkin	7	APROVADO PARA ENTREVISTA
19.	Aplicação dos precedentes judiciais civis em 1º grau de jurisdição no âmbito do tribunal de justiça de Mato Grosso: estudo sobre os pedidos de tutela de evidências nos anos de 2019 e 2020	8	APROVADO PARA ENTREVISTA
20.	INEFETIVIDADE DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. Propostas de alternativas para sua efetividade	8	APROVADO PARA ENTREVISTA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Direito
Programa de Pós-graduação em Direito

21.	SISTEMAS DE JUSTIÇA EM REGIÕES DE FRONTEIRA. Uma proposta para aprimorar políticas públicas visando resgatar a dignidade dos reeducandos e das famílias envolvidas nos crimes	7	APROVADO PARA ENTREVISTA
22.	Adoção do modelo de Juizado de Instrução para o processamento dos delitos decorrentes da Violência Doméstica: uma necessária proteção para impedir a revitimização decorrente do atual sistema processual.	7	APROVADO PARA ENTREVISTA
23.	A ATIVIDADE JURISDICIONAL ESTADUAL, O CRIME ORGANIZADO E O EQUILÍBRIO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO.	8	APROVADO PARA ENTREVISTA
24.	Um estudo sobre como reduzir o tempo de tramitação dos processos judiciais cíveis de conhecimento em unidades judiciais especializada em violência doméstica e familiar contra a mulher no MT	6,5	REPROVADO
25.	Conveniência e oportunidade das políticas públicas de saúde à luz dos direitos humanos.	6	REPROVADO
26.	A NECESSÁRIA INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO EM PROL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS CUSTODIADAS	7	APROVADO PARA ENTREVISTA
27.	Segurança jurídica como garantia de direitos fundamentais e a relativização do Código de Processo Civil à estabilização das relações sociais.	5	REPROVADO
28.	Grupos Reflexivos para Homens como mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8.º, do artigo 226 da Constituição Federal e efetivação dos incisos VI e VII do artigo 22 da Lei Maria da Penha.	7	APROVADO PARA ENTREVISTA

Rua São Francisco Xavier, 524, 7º andar, sala 7141, bloco F, 20550-900, Rio de Janeiro/RJ.

Telefone: (21) 2334-0557 E-mail: ppgd@uerj.br

www.ppgduerj.com



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Direito
Programa de Pós-graduação em Direito

29.	AS CONSEQUÊNCIAS JUDICIAIS E ECONÔMICAS DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DOMINANTE A RESPEITO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL	8	APROVADO PARA ENTREVISTA
30.	Marco Legal da Primeira infância : uma análise sobre a concretização dos direitos fundamentais da criança através da lei 13. 257\2015 e seus reflexos na elaboração e implementação de políticas públicas, nos municípios da Comarca de Alto Araguaia- MT	6,5	REPROVADO
31.	UMA VISÃO HUMANISTA NO ACOLHIMENTO DE USUÁRIOS DE ENTORPECENTES As possibilidades oferecidas pelo Tribunal Multiportas nesse contexto.	7	APROVADO PARA ENTREVISTA
32.	MULHERES ENCARCERADAS E A TRANSCEDÊNCIA DA PENA: UMA ANÁLISE CONTEXTUAL A PARTIR DO SISTEMA CARCERÁRIO MATOGROSSENSE	8	APROVADO PARA ENTREVISTA
33.	DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA .Uma proposta visando implantar melhorias e enfrentar barreiras para assegurar a efetividade da Lei n. 11.340/2006	7	APROVADO PARA ENTREVISTA